

NOTAS ECONÓMICAS

NÚMERO 1 / ABRIL '93 / PREÇO 1.500\$00 / ISSN 0872-4733

J. J. TEIXEIRA RIBEIRO A TRIBUTAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

MICHEL AGLIETTA FINANCIAL GLOBALIZATION

ALFREDO MARQUES INCENTIVOS REGIONAIS E COESÃO

A. J. MARQUES MENDES THE FUTURE ENLARGEMENT(S) OF THE EEC

JOÃO SOUSA ANDRADE A ECONOMIA PORTUGUESA E A UEM

PEDRO LOPES FERREIRA AN USE OF THE MULTIATTRIBUTE UTILITY THEORY

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Sociologia da saúde, Teoria da decisão clínica, Estrutura hospitalar, Produção hospitalar, Recursos humanos, Gestão económica e financeira, Sistemas de informação, Avaliação da qualidade de cuidados e Medição do estado de saúde.

Pedro Lopes Ferreira

Efeitos Sociais do Crescimento da População e da Mudança das Condições de Vida

Viena, Setembro de 1992.

Nas vésperas do ano Internacional da Família, as Nações Unidas, por intermédio da sua Divisão de Desenvolvimento Social sediada em Viena de Áustria, convocaram uma reunião de especialistas de diferentes países para estudar os efeitos das mudanças que se têm verificado em praticamente todos os domínios da vida social sobre a família e as redes de sociabilidade primárias.

Pretendia-se saber como é que as funções, a operacionalidade e o estatuto dos sistemas sociais de apoio baseados na família e no parentesco têm estado a ser afectados por essas mudanças, ou seja, em que medida tais microsistemas estão a ver alterada a sua capacidade de prevenir ou de resolver problemas sociais.

Foram analisadas em detalhe e para um conjunto diversificado de sociedades as relações complexas que intercedem entre a mudança social, o crescimento da população e as funções da família e identificados os principais processos envolvidos nas dinâmicas de transformação por que estão a passar essas relações.

As limitações impostas à acessibilidade aos factores de produção ou a uma participação equilibrada de todos os grupos da população na partilha do produto social levam a que os membros de microsistemas sociais de apoio, como a família, sejam forçados a despende cada vez mais energias para manter operacionais esses sistemas. Submetidas a uma forte tensão, agravada pelo envelhecimento, pelos conflitos intergeracionais e pelas migrações, muitas famílias têm de reajustar-se profundamente às novas circunstâncias, alterando a distribuição interna das tarefas e o próprio sistema de ajuda recíproca.

Isto torna-se particularmente grave sempre que a dimensão dos agregados se reduz abaixo de um certo limiar crítico em que os sistemas de apoio não conseguem reproduzir-se e a confiança nas relações sociais de solidariedade e de reciprocidade que os modelam se perde, como acontece presentemente em

tantas áreas rurais de todo o mundo. Mas o problema existe igualmente em áreas urbanas, particularmente em cidades em crescimento, onde as condições para reconstruir os sistemas sociais de apoio que funcionavam nas comunidades de origem esbarra com enormes obstáculos derivados da própria composição demográfica desequilibrada dos migrantes e dos custos de deslocação para aproximar os membros de cada rede ou sistema de apoio.

Em países mais ricos, onde o próprio processo de desenvolvimento social e a pressão dos grupos menos favorecidos levaram a uma intervenção do Estado, criaram-se sistemas públicos de apoio para substituir os velhos sistemas informais privados baseados na família, no parentesco ou na vizinhança. Sem prestarem suficiente atenção aos seus efeitos microeconómicas e microsociais, as políticas públicas de segurança social e de bem-estar têm contribuído, em boa medida, para acelerar a desagregação desses sistemas, ao ponto de, em tempo de refluxo das políticas de bem-estar, ser já praticamente impossível a sua reconstituição em muitos países.

Em Portugal, a relevância deste problema e, nomeadamente, a do impacto das políticas sociais nas relações tradicionais de solidariedade parece indelével, mesmo tendo em conta a incipiência do nosso Estado-Providência quando comparadas essas políticas com as dos países mais desenvolvidos.

Já quanto aos efeitos das mudanças demográficas — e apesar do fenómeno de acentuado envelhecimento, quer no topo quer na base, da população portuguesa, a explicação das crises e das rupturas dos sistemas tradicionais de apoio baseados na família e na comunidade parece resultar sobretudo das mudanças que se deram na organização das economias familiares e nos modos de vida e não tanto das alterações na composição da população ou da acção isolada de determinados fenómenos demográficos.

Os participantes no seminário, reportando-se a contextos sociais muito diversos, reconheceram unanimemente que tanto a família como os grupos primários — nas suas diferentes configurações — não perderam, nas mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas, a importância capital que sempre tiveram na melhoria do bem-estar das sociedades e a sua contribuição positiva para as economias nacionais, muito para além da sua expressão contabilística. A sua persistência e flexibilidade, enquanto instituições sociais básicas tornou-se particularmente evidente. Não obstante, foram salientados os inúmeros efeitos negativos

exercidos sobre ambos pelas transformações demográficas, económicas, políticas e ambientais, como a sobrecarga de esforço e de responsabilidades que as mudanças significaram para alguns membros da sociedade, designadamente para as mulheres.

Por estas razões se reconheceu que as funções de apoio económico, social e emocional que a família e as comunidades conferem aos seus membros justificam uma maior atenção dos governos quer para evitarem os factores da sua desagregação quer para promoverem as condições do seu pleno desenvolvimento e de fortalecimento da sua capacidade de realizar aquelas funções.

O facto de esta capacidade de conferir segurança e bem-estar depender da saúde das economias e da forma como se distribuem os recursos pela população, aconselha a procurar complementar as políticas macro-económicas de ajustamento estrutural com medidas que possibilitem às famílias e aos seus membros participar construtivamente nos processos de ajustamento, incluindo entre essas medidas a reciclagem para actividades que beneficiem dos novos ambientes económicos e tecnológicos, o apoio financeiro para a constituição de pequenas empresas e empresas familiares autónomas e a promoção de formas organizativas que permitam ampliar as potencialidades da família e utilizar de uma forma organizada a entreejada, a partilha de riscos e a gestão dos recursos naturais e humanos pelos interesses locais.

Reconheceu-se ainda que, tanto em países em desenvolvimento como em países desenvolvidos, uma proporção muito elevada de famílias não tem possibilidade de garantir a sua segurança económica básica, através dos seus próprios recursos ou dos mecanismos do mercado. Para obviar a esta situação impõem-se programas públicos redistributivos com respeito pela perfeita igualdade dos sexos, das gerações e das etnias. Mas o bem-estar económico não é a única nem talvez a principal contribuição da família e dos grupos primários para os indivíduos e para a sociedade. Por isso, funções igualmente importantes, desde a socialização ao apoio socioafectivo que prestam aos seus membros, merecem igualmente atenção e devem ser defendidas.

Contudo, a família apresenta-se cada vez mais como uma instituição atomizada, desligada de estruturas associativas que a protejam e a representem no plano político. As organizações não governamentais têm, nalguns casos, desempenhado esse papel, mas a sua vulnerabilidade a uma excessiva profissionalização e burocratização ou a sua instrumentalização por parte dos grupos de interesses políticos e económicos têm

feito perder o contacto com as bases e prejudicado muito da sua espontaneidade e autonomia, tornando-se, por múltiplas formas de dependência, presa fácil dos governos e das administrações públicas. Por isso se recomenda para elas uma regulamentação menos apertada e um reforço dos meios de educação e de comunicação para fomentar a consciência comunitária, a entreejada e o livre associativismo.

Outras recomendações saídas do seminário respeitaram às políticas de segurança social, à condição jurídica e social da mulher, ao incumprimento dos direitos humanos, à discriminação étnica, à promoção e apoio de uma sociedade civil eficaz, participante e democrática, à harmonização das políticas, à obrigação de transparência e de eficácia dos governos, à necessidade de atender às condições locais na formulação das políticas, à importância da informação e da investigação e, finalmente, à necessidade de uma maior e mais adequada assistência técnica no domínio das políticas sociais por parte das organizações internacionais.

Pedro Hespanha

